



ACÓRDÃO Nº995/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11509/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsáveis:** Francisco Adoniran Macena da Costa (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6276/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo da Previdência Social do Município de Caapiranga - FUNPREVIC. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Multa.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa, Gestor e ordenador de despesa do Fundo de Previdência Social do Município de Caapiranga – FUNPREVIC, conforme art. 1º, II, art. 22, II, Lei n.º 2.423/96, c/c art. 18, II da Lei nº 06/91 c/c art. 188 §1º da Res. 04/2002, exercício de 2015;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa no valor de R\$1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e tres centavos), nos termos do art. 308, II da Resolução n. 04/2002 pela intempestividade no envio de movimentação contábil relativo ao mês de dezembro/2015, via sistema informatizado, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ . O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Francisco Adoniran Macena da Costa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do parágrafo único do art. 53 da Lei n. 24.23/96, atualizada pela Resolução n. 25/2012, relativo as impropriedades não sanadas conforme este Relatório/Voto; que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do



ACÓRDÃO Nº995/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

9.4. Recomendar à origem que:

- a) Atualize as informações no Portal de Transparência em cumprimento a Lei de Responsabilidade e Lei Transparência;
- b) Implante corretamente, em consonância com as determinações da Constituição Federal de 1988, o Controle Interno no órgão, e demonstre nas próximas fiscalizações sua efetiva atividade.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 6 de Dezembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazonia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dra. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral